

35º Encontro Anual da Anpocs

Número e Título do GT: 35 – Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro:  
normatividade e história

Título do trabalho: O Lugar da Normatividade na Ontologia do Político de Ernesto  
Laclau

Nome do autor: Daniel de Mendonça

## O Lugar da Normatividade na Ontologia do Político de Ernesto Laclau

Daniel de Mendonça<sup>1</sup>

**Resumo.** Tendo em vista a temática geral do GT 35 da Anpocs, focada, sobretudo, no par “normatividade e história”, o presente trabalho resulta num esforço analítico no sentido de pensar o terreno da normatividade no âmbito da teoria política, tendo como pressuposto a ontologia do político presente na teoria do discurso de Ernesto Laclau. Para tanto, o objetivo deste artigo é o de apresentar criticamente as possibilidades normativas que se abrem a partir da teoria pós-fundacionalista do político deste autor. Partimos da premissa de que Laclau, na condição de teórico político (e não de filósofo político), visa a apresentar uma teoria política que tenha aplicabilidade analítica, mas que também seja útil no momento de pensar a normatividade na política. Defendo que o plano da normatividade, levando em conta esta perspectiva teórica, depende inexoravelmente da concepção de ontologia política elaborada por Laclau, a qual terá seus principais elementos e pressupostos explorados neste trabalho.

**Palavras-chave:** pós-estruturalismo, pós-fundacionalismo, teoria do discurso, normatividade, Ernesto Laclau.

A obra de Ernesto Laclau, principalmente após o lançamento de *Hegemony and Socialist Strategy* (1985), em colaboração com Chantal Mouffe, tem sido um esforço teórico no sentido de apresentar uma interpretação acerca do político como âmbito específico e explicativo das relações sociais. Apesar de seu trabalho por vezes ser “acusado” de abstrato, filosófico, numa palavra, “despreocupado” com as práticas políticas cotidianas, não é este em absoluto o objetivo do autor. Pelo contrário, Laclau autodenomina-se um “teórico político”, no sentido de que todo o seu esforço intelectual tenha uma aplicabilidade analítica e normativa no campo da política. Neste particular, sua tarefa teórica é a de propor uma teoria do político que, ao mesmo tempo, seja uma “analítica do social” e uma base ontológica à proposição de cenários normativos.

O presente trabalho resulta num exercício no sentido de pensar o terreno da normatividade no âmbito da teoria política, tendo como pressuposto a ontologia presente na teoria do discurso de Laclau. Partimos da premissa, como já afirmamos, de que o

---

<sup>1</sup> Professor adjunto coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

autor, na condição de teórico político (e não de filósofo político), visa a apresentar uma teoria política que tenha aplicabilidade analítica, mas que também seja útil no momento de se pensar normativamente. Defendemos que o plano da normatividade, levando-se em conta esta perspectiva teórica, depende inexoravelmente da concepção de ontologia política elaborada pelo autor, a qual terá seus principais pressupostos e elementos explorados neste artigo.

Para a consecução deste objetivo geral, o trabalho está dividido em cinco partes. Primeiramente abordaremos a posição pós-fundacionalista defendida pelo autor. Na sequência, apresentaremos Laclau como um teórico e não como um filósofo político. A seguir, analisaremos as noções de ideologia e discurso, centrais para a ontologia política da teoria do discurso. Na sequência, discorreremos sobre antagonismo e deslocamento, categorias explicativas da incompletude de sentidos sociais, conforme a visão do autor. Finalmente, tendo em vista os pressupostos ontológicos apresentados, buscaremos estabelecer as possibilidades e os limites da normatividade tendo em vista a teoria do discurso.

## **1 Laclau e a posição pós-fundacionalista**

Um ponto de partida razoável para a compreensão da obra de Laclau, mas certamente não o único, reside na compreensão de que o seu esforço teórico está filiado a uma matriz pós-fundacionalista. O pós-fundacionalismo consiste numa constante interrogação crítica em direção aos projetos teóricos que visam a se estruturar a partir de um fundamento último, como se tal fundamento fosse subjacente às próprias práticas políticas *stricto sensu*, como, por exemplo, o essencialismo econômico em última instância presente na tradição marxista (Laclau e Mouffe, 1985). Apesar de o pós-fundacionalismo ser a crítica a um fundamento em última instância que explicaria e fecharia todos os sentidos numa totalidade chamada de sociedade, conforme Marchart, ele “não deve ser confundido com *anti*-fundacionalismo (...), uma vez que a abordagem pós-fundacional não visa a apagar completamente as figuras do fundamento, mas enfraquecer o seu status ontológico. O enfraquecimento ontológico do fundamento não conduz ao pressuposto da completa ausência de todos os fundamentos, mas antes ao

pressuposto da impossibilidade de um fundamento final, o que é algo completamente diferente, já que implica uma maior consciência de, por um lado, a contingência e, por outro lado, o político, como o momento do parcial e sempre, em última instância, fundamento sem sucesso” (2007, p. 2).<sup>2</sup>

Tendo em vista este pressuposto pós-fundacionalista, Laclau estrutura a sua noção do político a partir da constatação de que as próprias relações políticas são sempre instáveis e contaminadas pelo antagonismo, pela precariedade e pela contingência. Neste sentido, quaisquer esforços normativos que busquem *a priori* estabelecer cenários futuros de emancipação ou de prescrição acerca da melhor forma de tomada de decisões públicas, tais como a tradição marxista e as teorias deliberativas, são alvos constantes de crítica do teórico argentino.

Como uma teoria pós-fundacionalista da política, o intento intelectual do autor é o de demonstrar que qualquer fundamento político ou de teoria política será sempre provisório e dependente das condições efetivas de sua inscrição. É neste sentido que a noção de hegemonia ganha centralidade na perspectiva do autor, pois este conceito tem a capacidade de, ao mesmo tempo, ser uma importante ferramenta de análise do social e também de prescrição normativa, uma vez que tal noção pressupõe justamente a constante instabilidade das relações políticas concretas (no plano ôntico) e das sempre precárias tentativas de normatizar a “boa política”.

Todo fundamento político estrutura-se discursivamente quando se hegemoniza, ou seja, quando uma determinada posição política particular passa a representar os mais variados setores da sociedade. Assim, a hegemonia é o momento da decisão política, da sedimentação de um determinado discurso. Contudo, dada a instabilidade ontológica do político, ou seja, a eterna contaminação do plano ôntico pelo ontológico, toda hegemonia pressupõe uma contra-hegemonia e ambas só podem ser conhecidas no momento em que estas práticas políticas surgem como tais.

Para Laclau, desta forma, a instabilidade constante nas relações políticas reais não pode ser percebida como algo abstrato. O autor é absolutamente consciente de que o seu projeto teórico o é no sentido mais estrito do termo, ou seja, toda a estrutura do seu pensamento visa à aplicação, no mínimo, no plano da análise política. Desta forma, entendemos que, para Laclau, qualquer proposta normativa, que não leve em

---

<sup>2</sup> Todas as citações de trechos de textos originalmente escritos em línguas estrangeiras (inglês e espanhol) foram traduzidas livremente pelo autor para uso exclusivo neste artigo.

consideração os elementos pós-fundacionalistas apresentados, tem valor teórico-científico restrito.

## 2 Laclau como um teórico político

Laclau transita entre a teoria política e a política com um objetivo muito preciso: seu pensamento não está inscrito num campo eminentemente filosófico, visto que o mesmo tem uma preocupação de análise do social, de ser uma ferramenta teórica de aplicação. Essa impressão é compartilhada por Oliver Marchart:

No marco de uma conferência sobre desconstrução e pragmatismo, Ernesto Laclau iniciou sua intervenção recordando-nos que estava ali “como teórico político antes de filósofo no sentido estrito do termo” (LACLAU, 1996, p. 47). Laclau não nos disse como seria um filósofo “no sentido estrito do termo”, mas presumimos que busca diferenciar seu projeto – que se ocupa exclusivamente de questões de política e teoria política – da prática de fazer filosofia “pura”, ou seja, no sentido de uma disciplina acadêmica ou na flutuação livre do raciocínio metafísico sem nenhum campo de aplicação particular (MARCHART, 2008, p. 77).

O próprio Laclau, em entrevistas, percebe claramente que sua teoria política não pode ser desvinculada da sua própria prática como ativista social, ou seja, seu pensamento tem efetivamente um viés normativo de uma teoria política radical. Citamos, a seguir, dois trechos extraídos de duas entrevistas publicadas em *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo* (doravante NR). O primeiro retrata claramente o ponto em que o autor destaca a leitura dos fenômenos sócio-políticos a partir de duas categorias centrais ao seu aporte teórico, articulação e hegemonia:

A ideia da política como hegemonia e articulação, por exemplo, é algo que tem acompanhado a minha trajetória política. Recordo que, em 1984, depois de muitos anos, viajei a Buenos Aires com Chantal Mouffe e consultamos velhos trabalhos meus. Chantal se surpreendeu ao ler os meus editoriais de *Lucha Obrera* (do qual eu havia sido diretor), de vinte anos antes, nos quais a luta socialista já se colocava em termos de hegemonização das tarefas democráticas por parte da classe operária (LACLAU, 1993, p. 188).

O segundo trecho revela de forma ainda mais evidente a relação íntima entre a sua teoria e os próprios fenômenos que ela propõe iluminar:

Por isso é que eu não tive de esperar para ler os textos pós-estruturalistas para entender o que é uma “articulação” [...], um “significante flutuante” ou a metafísica da presença: aprendi através da minha experiência prática de ativista em Buenos Aires. Por isso, quando hoje leio *Gramatologia, S/Z* ou os *Escritos* de Lacan, os exemplos que me vêm sempre à mente não são de textos filosóficos ou literários; são os de uma discussão em um sindicato argentino, o choque de *slogans* opostos em uma manifestação ou de um debate de um congresso partidário (LACLAU, 1993, p. 210).

A partir dos dois trechos acima reproduzidos, fica evidente que, para o autor, sua tarefa como teórico não é a de ser um “filósofo político no sentido estrito do termo”, mas a de produzir uma teoria que explique os fenômenos sócio-políticos e que, ao mesmo tempo, indique meios para transformações sociais. Não há, portanto, uma separação estrita entre teoria e prática política. O empreendimento do autor, neste sentido, reveste-se de uma dupla função: explicativa e normativa.

O sentido explicativo de seu esforço teórico é mais evidente à primeira vista pela leitura dos seus textos. Laclau comumente apresenta suas categorias analíticas e as ilustra a partir de eventos políticos. Esta operação visa à elucidação das categorias empregadas – muitas vezes tidas por seus leitores como abstratas – e, ao mesmo tempo, ao seu interesse de demonstrar o poder explicativo das mesmas. Outro elemento que é importante para a compreensão da estrutura explicativa do autor é o fato de que a própria compreensão de suas categorias só é efetivamente possível se a estrutura que as abriga for também conhecida. Por exemplo, para a compreensão de uma noção tão central para a sua teoria como a de hegemonia, é preciso saber como a mesma é operada a partir de uma série de outras noções tais como elementos, momentos, articulação, pontos nodais, antagonismo, para citar as mais recorrentes empregadas pelo autor.

O aspecto normativo não parece, num primeiro momento, tão evidente a partir da leitura dos seus textos. A chave para a compreensão do mesmo está justamente na percepção de que as dimensões teóricas e práticas são indissociáveis para ele. Na introdução de uma coletânea de textos, cujos autores utilizam sua estrutura teórica em análises empíricas, Laclau, após estabelecer que a separação entre teoria política e prática política é uma “operação artificial”, afirmou taxativamente que “como as categorias teórico-políticas não existem apenas nos livros, mas são também partes de discursos que de fato informam instituições e relações sociais, estas operações desconstrutivistas são parte integral do fazer da vida política” (LACLAU, 1994, p. 2). Isto quer dizer que é

papel da teoria política, pelo menos este é assim assumido por Laclau, que esta deva ser explicativa, mas que também aponte uma linha normativa, uma verdadeira tarefa de um ativista intelectual, um “intelectual orgânico acadêmico”, para fazer um estranho trocadilho, que mais parece, na verdade, um oxímoro, pensando na ideia de intelectuais em Gramsci, um dos autores que mais influenciaram o teórico argentino.

Acreditamos ser ainda importante mencionar que o normativo da teoria do discurso depende da estrutura de explicação dos fenômenos sócio-políticos construída pelo autor. Neste sentido, o normativo não é um normativo ideal, vinculado a uma situação hipotética, dificilmente realizável ou ainda irrealizável. Trata-se de um normativo limitado por *constraints* estruturais, porém passível de ser desejado. Em um conhecido ensaio publicado com Chantal Mouffe, *Posmarxismo sin pedido de disculpas*, respondendo a um conjunto de críticas desferidas por parte de intelectuais marxistas contra a obra *Hegemony and Socialist Strategy* (doravante HSS), neste caso em particular, Norman Geras, eles enfocam a possibilidade e o lugar do normativo:

Estamos vivendo, pelo contrário, um dos momentos mais excitantes do século XX: o momento em que novas gerações, sem os prejuízos do passado, sem teorias que se apresentavam como “verdades absolutas” da história, estão construindo novos discursos emancipatórios, mais humanos, diversificados e democráticos. As ambições escatológicas são mais modestas, mas as aspirações de libertação são mais amplas e profundas (LACLAU e MOUFFE, 1993, p. 112).

Efetivamente a crítica centra-se, nesta passagem, sobretudo em relação à teoria marxista, entendida por Laclau como essencialista e objetivista. Essencialista no sentido de que o determinismo econômico é entendido por esta tradição, em última instância, como uma verdade *a priori* e uma característica necessária a todo o tipo de formação social. Objetivista, no sentido de que, para Laclau, o marxismo não observa um elemento ontológico social fundamental: a impossibilidade de, em última instância, ser alcançada a objetividade. O “objetivo” é quando se acredita que o objeto é passível de ser plenamente constituído. Para o autor, a essência e o objetivo são impossíveis de ser alcançados e toda a teoria política e social que postular tais buscas terá o seu conteúdo normativo prejudicado. O que queremos dizer por conteúdo normativo prejudicado tem a ver com o que há pouco chamamos de normativismo ideal, ou seja, praticamente ou mesmo impossível de ser realizado. Assim, pensar normativamente tendo como inspiração

epistemológica o pós-estruturalismo laclauiano é considerar a ocorrência de acontecimentos políticos efetivos, movimentos políticos reais.<sup>3</sup>

É neste sentido que as ambições escatológicas da teoria e da prática políticas devem ser vistas de forma mais modesta, uma vez que não há efetivamente uma humanidade a ser libertada no sentido da emancipação humana marxiana. No entanto, e paradoxalmente, as aspirações de libertação são mais amplas e profundas, pois que se abre um leque praticamente infinito de lutas políticas que podem legitimamente reivindicarem-se hegemônicas, ou seja, ocuparem o espaço sempre precário e contingente da representação política de identidades que se articulam entre si em contraposição a um pólo opressor comum. Não há, portanto, a necessária proeminência da liderança moral ou política de nenhum grupo, estrato ou classe social, o que redundaria na criação de condições muito mais livres para a ação identitária. No ensaio *Más allá de la emancipación*, publicado posteriormente a *Posmarxismo sin pedido de disculpas*, Laclau é ainda mais claro quanto ao fato de estarmos vivendo num momento teórico e político diverso das grandes narrativas escatológicas da modernidade:

As lutas sociais contemporâneas deixam plenamente visível este movimento contraditório que tanto o discurso das escatologias religiosas como o das modernas escatologias seculares ocultaram e reprimiram. Hoje começamos a aceitar a nossa própria finitude, com todas as possibilidades políticas que ela abre. Este é o ponto em que se apresenta o potencial liberador de nossa era pós-moderna. Poderíamos dizer talvez que hoje estamos no fim da emancipação e no início da liberdade (LACLAU, 1996, p. 38).

Este é um ponto decisivo para a compreensão de Ernesto Laclau como um teórico político. Sua teoria, pelo fato de pressupor que a dinâmica do social percorre caminhos indecíveis – não passíveis, portanto, de ser domesticados por fórmulas normativas que buscam congelar uma situação ideal, mas pouco provável ou improvável de ocorrer – os mesmos não podem ser minimamente definidos *a priori* por qualquer fórmula política normativa.

---

<sup>3</sup> Esta é justamente a tarefa normativa empreendida por Aletta Norval, em muito inspirada na obra de Ernesto Laclau: “(...) o objetivo deste exercício, embora teórico, não é produzir uma abordagem do discurso democrático que esteja abstraída do ‘fluxo da vida’ e removida de todo e cada contexto. Não está aqui pressuposto que as gramáticas políticas em geral e as formas democráticas de argumentação em particular poderiam ou deveriam ser abstraídas de contextos ordinários e de interesses e de paixões que inspiram o engajamento na política democrática em primeira instância. Este desejo de separar a política das preocupações do ordinário geralmente provém de uma negação platônica da retórica e de uma valorização excessiva das reivindicações da razão” (NORVAL, 2007, p. 61-62).



Diante deste quadro, o papel da teoria, primeiramente, é o de conhecer os elementos ontológicos do político, ou seja, promover uma reflexão do ser enquanto ser. Esta reflexão passa pelo conhecimento do discurso como categoria ontológica central. Entender como o discurso é articulado, como sua existência é precária e contingente, ajuda-nos compreender o porquê são inócuas as formulações normativas que visam congelar o fluxo inconstante da vida e das relações sociais.

### **3 Ideologia e discurso**

Muito se fala sobre vivermos em uma era que marca o fim das ideologias e, neste sentido, falar acerca do ideológico parece propor uma discussão um tanto fora de lugar. Contudo, isto depende de como definimos Ideologia. Se acreditarmos que Ideologia se constitui em falsa consciência (ou consciência alienada), no sentido do marxismo clássico, certamente estaríamos tratando de uma noção ultrapassada. Se, por outro lado, partirmos de um *topos* próprio do século XX de que, no Ocidente, havia duas ideologias hegemônicas, a capitalista (direita) e a socialista (esquerda), e acreditarmos que estamos diante de modelos políticos estanques ou, ainda mais grave, trans-históricos, também estaríamos fatalmente incorrendo num erro analítico. Sob tal perspectiva, o problema maior que identificamos nos estudos políticos, quando muitas vezes os autores estão diante da necessidade de definir o termo Ideologia, é que eles o fazem não a partir de sua especificidade conceitual ou, como diria Max Weber, a partir de um tipo ideal, mas tendo em vista os casos concretos que analisam. Falham, muitas vezes, porque tomam o aspecto ôntico das ideologias concretas no mesmo patamar ontológico da Ideologia como noção, o que é um erro teórico importante. Importante, tendo em vista que a prática de um grupo político determinado, dotado de certa ideologia, não pode necessariamente ditar todos os comportamentos políticos futuros de outros grupos, pois cada experiência política ôntica tem a sua própria particularidade que depende de um contexto histórico, precário e contingente. Por exemplo, a conduta política condicionada pela leitura ideológica dos marxistas russos nos primeiros anos posteriores aos da Revolução de 1917 não pode servir de parâmetro para dizermos que estamos diante de uma postura

ideológica idêntica “de esquerda”, se comparada com todos os casos em que um partido político marxista ocidental tomou determinada conduta política. É certo que existem traços comuns entre todos os marxistas de ontem e de hoje, sem dúvida. No entanto, estes traços se dão não pelas experiências ônticas de cada um deles, mas pela ontologia da própria noção de Ideologia. Desta forma, não está em jogo o que foi que levou um grupo político ao poder político, mas a razão pela qual este chegou lá; esta razão se alimenta de certa ideologia, ou seja, de uma visão particular de mundo que guia as ações práticas.

Notemos que aqui chegamos ao seguinte ponto. Todos os grupos políticos assumem posições ideológicas que guiam suas condutas. Assim, quando estamos diante de grupos políticos com ideologias determinadas, estamos diante da ideologia num nível ôntico. Contudo, o nível ôntico não determina em si o nível ontológico. Isto quer dizer que não podemos tomar uma ideologia concreta para definir a Ideologia, que não podemos tomar o efeito pela causa, que não podemos tomar, por fim, o ôntico para definirmos o ontológico.

Nosso esforço inicial está em dizer que, a exemplo de Althusser (1985), a Ideologia não tem uma história, por ela própria ser omnipresente e trans-histórica. Para Althusser, “a ideologia é eterna” (1985, p. 85). Assim, entendemos que a Ideologia não tem propriamente um final. Somos seres ideológicos e simbólicos por natureza, o que nos permite admitir dois fatos: 1º) em termos gerais (nível ontológico), sempre haverá Ideologia e; 2º) em termos concretos (nível ôntico), as ideologias nascem, sofrem variações e morrem. A noção de ideologia da teoria do discurso de Ernesto Laclau (LACLAU e MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993), articula, ao mesmo tempo, os dois fatos acima apontados. Nas palavras deste autor:

O ideológico consistiria naquelas formas discursivas através das quais a sociedade trata de instituir-se sobre a base do fechamento, da fixação de sentido, do não reconhecimento do jogo infinito das diferenças. O ideológico seria a vontade de “totalidade” de todo discurso totalizante. E na medida em que o social é impossível sem uma certa fixação de sentido, sem o discurso do fechamento, o ideológico deve ser visto como constitutivo do social. O social só existe como o intento vão de instituir esse objeto impossível: a sociedade. A utopia é a essência de toda comunicação e de toda a prática social (LACLAU, 1993, p. 106).

O excerto acima nos leva diretamente à discussão estabelecida na seção anterior, ou seja, sobre a impossibilidade de uma mínima previsibilidade normativa em termos de uma forma mais apropriada de solução de questões sócio-políticas. Tal forma de

normatividade busca controlar situações que são, na verdade, incontrolláveis, visto que estamos ontologicamente, nos termos da teoria do discurso, diante de um social cujos sentidos não podem tornar-se objetivos, ou seja, discursivamente completos, transparentes para a compreensão e para as suas próprias ações como sujeitos ou grupos políticos. Toda a tentativa de fixação de sentidos, de promoção de sua sutura final, é sempre vã, impossível. É exatamente neste aspecto que Laclau fala sobre a “impossibilidade da sociedade” (LACLAU, 1993, p. 104).

No entanto, apesar de impossível a fixação de sentidos identitários (em termos de se poder alcançar uma sutura final), ela é, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, necessária. Sua necessidade advém do fato de que a ideologia política guarda em si esta “vontade de ‘totalidade’”. Assim, é próprio do discurso político, pois imbuído de ideologia, a busca da conformação do social para a sua própria visão de mundo. A razão é a seguinte: como existe uma “certeza ideológica” sobre qual a melhor forma de política a seguir (mesmo que momentânea) – o que Laclau chama no excerto acima de “discurso do fechamento” – a tarefa político-discursiva de um partido, numa democracia, por exemplo, é a de buscar hegemonizar a sua própria visão de sociedade no agonismo eleitoral. Como vivemos democraticamente, ou seja, pressupondo uma série de ideologias concorrentes, não há como uma delas promover o fechamento completo de sentidos, o que o autor chama de a impossibilidade de fixação de sentidos. Como dissemos acima, ao mesmo tempo em que é impossível tal fixação, esta é igualmente necessária por um motivo adicional: o estabelecimento de uma determinada visão ideológica num espaço político democrático é fundamental para que haja ordem, para que exista governabilidade.

Desta forma, ideologias, no plano ôntico, ou seja, ligadas à prática política cotidiana são sempre precárias e contingentes, ameaçadas por ideologias contrárias. Já, no plano ontológico, a Ideologia, no sentido althusseriano, é omnipresente e trans-histórica, ou seja, numa palavra, eterna. Isto quer dizer que, se não podemos viver sem a presença da Ideologia, toda e qualquer tentativa de eliminá-la será sempre vã, interpretando-se que isto não passará tão-somente de apenas mais uma ideologia em particular.

Em termos analíticos, conforme Laclau (1993, 2000), a noção de ideologia deve ser entendida a partir da ideia de falsa representação. No entanto, isto não significa que tal ideia marque um retorno ao marxismo, pois isto representaria uma *contradictio in*

*adjecto*. Na concepção ideológica marxiana, a ideologia é necessariamente o oposto da verdade, uma inversão semântica acerca as relações realmente existentes num contexto societário.<sup>4</sup> Tal concepção pressupõe que a inversão de sentidos produzida pelo fenômeno ideológico oblitera o alcance da verdade, da transparência, da visão não invertida.

Assim, para Laclau (1993, 2000), manter viva a ideia de falsa representação para explicar o fenômeno ideológico significa dizer que não há nada inverídico para se tornar verídico, pois o que deve ser abandonado, neste particular, é a própria concepção de que há uma verdade absoluta a ser alcançada que seja contrária as inúmeras falsidades que a escondem. Não é a partir deste prisma que Laclau sugere o entendimento do enfoque ideológico. Esta renúncia do par verdade/inverdade é, no entanto, uma renúncia meramente analítica, ou seja, temos de admiti-la porque partimos do pressuposto de que não existem sentidos que possam se tornar objetivos, ou seja, ossificados para a eternidade. Para o autor, vivemos numa eterna guerra de interpretações como um pressuposto ontológico do social. É neste sentido que a verdade ou o sentido não distorcido não serão alcançados jamais.

Dissemos que a referida renúncia se dá no plano analítico, pois no plano da disputa política, os sujeitos percebem e agem a partir de suas visões ideológicas (distorcidas) como se fossem verdades. É neste sentido que a falsa consciência não deve ser abandonada, uma vez que a distorção do mundo é constitutiva da objetividade social. Isso ocorre, pois há uma renúncia identitária em relação ao reconhecimento do não fechamento de sentidos sociais, plasmados na impossível e, ao mesmo tempo, necessária tentativa de objetivação do mundo.<sup>5</sup> Estamos diante de uma “distorção constitutiva”. Neste sentido, o autor estabelece que:

---

<sup>4</sup> Este trecho da Ideologia exemplifica o ponto que estou discutindo: “e se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos tal como acontece numa *câmera obscura*, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objectos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida directamente físico” (MARX e ENGELS, s/d, p. 25-26).

<sup>5</sup> A concepção de ideologia de Zizek é semelhante: “Esta é provavelmente a dimensão fundamental da ‘ideologia’: a ideologia não é simplesmente uma ‘falsa consciência’, uma representação ilusória da realidade; é a própria realidade que deve ser concebida como ‘ideológica’ – ‘ideológica’ é uma realidade social cuja existência implica o não reconhecimento de seus participantes no que se refere a sua essência – ou seja, a efetividade social, cuja mesma reprodução implica que os indivíduos ‘não separam o que estão fazendo’. ‘Ideológica não é a ‘falsa consciência’ de um ser (social) mas este ser na medida em que sustentado pela ‘falsa consciência’” (ZIZEK, 2005, p. 46-47).

O que se trata, contudo, é de uma distorção constitutiva. Quer dizer que estamos postulando um sentido originário (porque este é requerido por toda a distorção) e negando-o (porque a distorção é constitutiva). Neste caso, a única possibilidade lógica de manter estas duas dimensões aparentemente antinômicas é se o sentido original é ilusório e a operação distorcida consiste precisamente em criar esta ilusão – ou seja, projetar, em algo que é essencialmente dividido, a ilusão de uma plenitude e auto-transparência que estão ausentes (LACLAU, 2000, p. 17).

A ideologia é materializada no discurso. Discurso, por sua vez, não deve ser entendido como o simples reflexo de conjuntos de textos ou de falas, numa dimensão meramente linguística. Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a idéia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo, simbólico, sobredeterminado. Não aparece como algo a ser desvendado, desvelado – como se fosse possível alcançar a verdade na sua forma mais transparente e final –, mas compreendido, a partir de sua miríade de formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas certezas, note-se, sempre contingentes e precárias. Assim, o real, como possibilidade de ser perscrutado, conhecido verdadeiramente, como uma positividade transparente, é uma impossibilidade, tendo em vista que este é significado de diversas maneiras, a partir das lentes sobredeterminadas<sup>6</sup> dos sujeitos. Esta concepção de tomar o real de múltiplas formas está na base da crítica que Laclau constrói ao marxismo, tendo em vista este último constituir-se não em uma teoria da sobredeterminação do social, mas numa empreitada teórica que, no limite, embasa as relações sociais a partir de uma determinação evolucionista e econômica em última instância, simplificando-as.<sup>7</sup>

Sumariamente, apresentamos a natureza material e não ideal de um discurso.<sup>8</sup> No entanto, para fins deste trabalho, importa responder a seguinte questão: por que o

---

<sup>6</sup> A sobredeterminação é um termo oriundo da psicanálise, sobretudo freudiana que designa “a pluralidade de determinados fatores que geram um dado efeito final” (ZIMERMAN, 2001, p. 392). Afirma ainda que “a sobredeterminação é o efeito do trabalho de dois mecanismos: o da condensação (que agrupa os diversos fatores como se fossem um só) e o do deslocamento (que pode dar um aparente relevo maior a um fator insignificante, devido a que o fator mais relevante ficou deslocado naquele)” (2001, p. 392).

<sup>7</sup> A idéia da determinação econômica em última instância, cara ao marxismo, é a principal crítica que Laclau opõe à teoria althusseriana, mesmo considerando o fato de Althusser ter incorporado ao seu projeto teórico a categoria freudiana da sobredeterminação, o que seria uma forma de ampliar a possibilidade analítica da teoria marxista. Contudo, esta categoria perde seu potencial heurístico no momento em que o estruturalista francês não rompe definitivamente com o dogma marxista da determinação econômica em última instância.

<sup>8</sup> Este ponto específico a respeito da materialidade discursiva já foi discutido em uma série de trabalhos. Do próprio autor, veja-se, por exemplo, o ensaio *Posmarxismo sin pedido de disculpas*, escrito conjuntamente

discurso deve ser percebido a partir de uma dimensão ontológica?<sup>9</sup> Simplesmente porque ele nomeia o ser da existência, uma vez que a existência necessita necessariamente de uma série de relações simbólicas para alcançar o *status* de ser e isso somente é possível a partir de uma articulação discursiva. “O que se nega não é a existência dos objetos, externa ao pensamento, mas a afirmação diferente de que os mesmos possam se constituir como objetos à margem de toda condição discursiva de emergência” (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 108).

Detenhamo-nos um pouco mais neste ponto buscando esclarecer a diferença entre existência e ser no âmbito desta discussão. Tal distinção é crucial, pois indica que ao mesmo tempo em que Laclau visa distanciar seu aporte teórico de uma dimensão idealista, como dissemos há pouco, ele busca também diferenciar seu pensamento de uma dimensão estritamente realista. Conforme esta visão filosófica, o realismo não é redutível à ideologia, sendo a “*realidade* ‘o modo de ser das coisas enquanto existem fora da mente humana ou independentemente desta’” (PORTINARO, 2007, p. 17-18 – grifo do original).<sup>10</sup>

Neste sentido, discurso tem efetivamente uma dimensão realista, marcada, na linguagem de Laclau, pela noção de existência. A existência indica a realidade material das coisas, dos objetos. Entretanto, a mera existência, por si só, não tem a capacidade de explicar o próprio ser; este, portanto, não se esgota, não pode ser compreendido tão-somente a partir da sua dimensão realista. Assim, devemos entender que a existência só tem um ser se a mesma estiver imersa numa dimensão simbólica, discursiva. E ela sempre está. Em termos políticos, a dimensão discursiva é polêmica, uma luta simbólica para estabelecer o ser da existência. Um exemplo simples dado por Laclau e Mouffe (1993), auxiliará na compreensão da relação existência/ser presente no discurso:

Voltando agora ao termo “discurso”, o usamos para sublinhar o fato de que toda configuração social é uma configuração *significativa*. Se chuto um objeto

---

com Chantal Mouffe (LACLAU e MOUFFE, 1993). Trabalhos adicionais que discutem direta ou indiretamente o tema podem ser encontrados em duas coletâneas que organizei, em colaboração com um colega, dedicadas ao pensamento do autor (RODRIGUES e MENDONÇA, 2006; MENDONÇA e RODRIGUES, 2008).

<sup>9</sup> Laclau é absolutamente claro sobre o caráter ontológico do discurso: “O discurso é, a partir de nossa perspectiva, o campo de uma ontologia geral, quer dizer, de uma reflexão acerca do *ser enquanto ser*” (LACLAU, 2008, p. 189 – grifos do original).

<sup>10</sup> A noção de realidade é enunciada para estabelecer a contraposição com a corrente idealista, ou seja, como se sabe, a discussão central do realismo é com a perspectiva filosófica do idealismo, debate ao qual não interessa para os propósitos deste texto.

esférico na rua ou se chuto uma bola numa partida de futebol, o fato físico é o mesmo, mas seu *significado* é diferente. O objeto é uma bola de futebol somente na medida em que ele estabelece um sistema de relações com outros objetos e estas relações não estão dadas pela mera referência material dos objetos, mas que são, pelo contrário, socialmente construídas. Este conjunto sistemático de relações é o que chamamos discurso (LACLAU e MOUFFE, 1993, p. 114-115).

Desta forma, os objetos têm, além da dimensão real (existência), a dimensão significativa (ser) e ambas são partes constituintes e inseparáveis do discurso. O real não é realizável por si, mas prescinde de objetivações discursivas (tentativas de fechamento de sentidos, de fixações conceituais). Fora do contexto discursivo, os objetos não têm ser, somente existência (LACLAU, 1993). No entanto, como vimos, ainda mais considerando a dimensão política, estes sentidos não são passíveis de ser fechados. A fixação completa de sentidos constantemente nos escapa; esta está sempre além de nosso alcance. Duas razões fundamentais explicam a inconstância de sentidos, antagonismo e deslocamento. Passamos a analisá-las a partir da próxima seção.

#### **4 Antagonismo e deslocamento: os limites da objetividade**

Para a compreensão da lógica antagônica, é preciso, primeiramente, compreender em que contexto a noção de antagonismo é elaborada por Laclau e Mouffe em HSS (1985). O objetivo central dos autores é o de demonstrar que as relações políticas não se constroem a partir de lutas entre identidades prontas. Mais especificamente: os autores entendem que não podemos considerar identidades políticas num sentido essencialista, ou seja, previamente constituídas antes da própria relação antagônica. O antagonismo, antes de ser uma relação entre objetividades já dadas, representa o próprio momento em que as mesmas passam a ser constituídas. Assim, antagonismo é condição de possibilidade para a formação de identidades políticas e não meramente um campo de batalha que se forma entre duas forças já prontas.

Neste sentido, Laclau e Mouffe exemplificam a lógica antagônica com o exemplo de um proprietário que expulsa os camponeses da sua terra. Neste momento, estabelece-se uma relação antagônica na medida em que o proprietário, a partir da ação da expulsão, impede que o camponês seja plenamente camponês (ele passa a constituir-se num

camponês sem terra). Assim, quando estamos diante de uma lógica antagonica não estamos diante de identidades pré-constituídas, mas daquelas que têm suas próprias constituições negadas, tendo em vista que a presença do outro é identificada como a condição da impossibilidade da plena constituição. Segundo os próprios autores: “é porque um camponês não pode ser um camponês que um antagonismo existe com o proprietário expulsando-o da sua terra (...). Na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma completa presença de mim mesmo” (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 125). Antagonismo é, portanto, uma experiência de negatividade, uma relação que apresenta o limite da objetividade ou da constituição plena das identidades. Neste aspecto, David Howarth é claro:

A mera existência de antagonismos confirma que não há leis necessárias na história e não há agentes políticos universais motivados por interesses e identidades pré-constituídas. Ao invés disso, os antagonismos introduzem experiências sociais, tais como “fracasso”, “negatividade” ou “falta”, as quais não podem ser explicadas por nenhuma lógica de sociedade positiva ou essencialista. Eles revelam também a contingência e a precariedade de toda identidade e objetividade social, uma vez que toda identidade está sempre ameaçada por alguma coisa externa a ela (HOWARTH, 2000, p. 106).

Considerando que a teoria do discurso parte do pressuposto de que discursos são constituídos antagonicamente, ou seja, a partir da ameaça real oriunda de outros discursos, vejamos mais detidamente ainda a forma como Laclau e Mouffe trabalham o conceito de antagonismo em HSS. Antagonismo é apresentado a partir da sua diferenciação teórico-analítica em relação às noções de “oposição real” (*real opposition*) e “contradição lógica” (*logical contradiction*), apresentadas por Lucio Colletti (1975), num esforço deste autor para iluminar tais categorias kantianas.

Assim, segundo a leitura de Laclau e Mouffe (1985), “oposição real” indica que ‘A – B’ são termos diferentes cujas positivities existem independentemente da relação que porventura eles possam ter entre si. A “oposição real” ocorre no terreno dos objetos reais (*real objects*). Como exemplo, os autores apresentam uma hipotética batida entre dois veículos e afirmam: “(...) é claro que um antagonismo não pode ser uma oposição real. Não há nada antagonico numa batida entre dois veículos: este é um fato material que obedece a leis físicas objetivas” (1985, p. 123).

Já a ideia de “contradição lógica” é representada pela fórmula ‘A – não A’. Segundo esta noção, a relação entre dois termos esgota a realidade de ambos. A



“contradição lógica” ocorre no terreno das proposições, dos conceitos. Contudo, contradição não redundando em antagonismo, pois “todos nós participamos de uma série de sistemas de crenças mutuamente contraditórios e nenhum antagonismo emerge destas contradições” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 124).

Laclau e Mouffe, após apresentar a diferença entre “oposição real” e “contradição lógica”, passam a explicar o que tais categorias têm em comum e o que as faz, nesse sentido, completamente diferentes da noção de antagonismo. Nesse sentido, “oposição real” e “contradição lógica” “partilham algo, o fato de serem *relações objetivas*, entre objetos conceituais no segundo caso, e entre objetos reais no primeiro. Mas, em ambos os casos, isto é alguma coisa que os objetos *já são*, a qual faz a relação inteligível” (1985, p. 124 – grifos do original). Em outras palavras, os autores afirmam que seja num caso seja no outro se está diante de positivities, de objetos plenamente construídos, absolutamente prontos e inteligíveis. Assim, estamos falando de “relações objetivas”, de “objetos já existentes”, de “identidades completas” (LACLAU e MOUFFE, 1985).

No caso da relação de antagonismo, o que se propõe é algo completamente diferente. Aqui não se fala mais em “relações objetivas”, em “objetos já existentes”, em “identidades completas”, mas do oposto. Antagonismo indica que “a presença do ‘Outro’ me impede de ser totalmente eu mesmo” (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 125). Isto quer dizer que quando se está diante de uma situação deste tipo, deve-se pressupor sempre uma relação entre identidades incompletas, justamente pelo fato de que a relação estabelecida entre ambas é antagônica. Enquanto que, como vimos, a “oposição real” e a “contradição lógica” têm de ser consideradas como sendo relações entre positivities, no antagonismo, os limites da própria objetividade são mostrados, pois o ‘Outro’ representa o limite dos sentidos alcançados por um determinado discurso, o que quer dizer, em última análise, que o antagônico se encontra fora, excluído e limitando a completa positividade daquilo que ele antagoniza.

O *status* atribuído ao antagonismo é minimizado na obra subsequente a HSS. Assim, em NR, Laclau (1993) rearticula o lugar desta categoria em seu sistema de pensamento. Se antes antagonismo era entendido como o limite da sistematização do sistema, ou seja, o limite de sentido ao qual o sistema discursivo poderia alcançar tendo em vista a presença do seu corte antagônico, a partir de NR esta categoria perde esta dimensão. Laclau, sobretudo tendo em vista a crítica de Žižek (1993), admite que o antagonismo não pode ser o limite da constituição de sentidos de um sistema, pois que a

própria condição do outro antagônico já infere um tipo de simbolização, uma forma de produção de sentidos. Assim, “o que eu não sou” e “contra o que eu me antagonizo” já fazem parte de um sistema de significação. Em uma entrevista para Yannis Stavrakakis, Laclau argumenta:

Havia certa ambiguidade na forma como a categoria de antagonismo foi formulada em *Hegemony and Socialist Strategy* .... Hoje eu acredito que a constituição do outro como antagônico já pressupõe uma certa inscrição discursiva – em outras palavras, conceber o outro como um inimigo pressupõe uma identificação a priori de nós mesmos com a posição particular na estrutura da ordem Simbólica [isto também pressupõe, em alguns casos, a construção imaginária-fantasmática de ambos os pólos antagônicos]. É por isso que em meu mais recente trabalho eu movi minha atenção à categoria de “deslocamento” a um nível anterior ao de “antagonismo” (STAVRAKAKIS, 2003, p. 324).

A introdução da categoria de “deslocamento” promove uma mudança importante na teoria do discurso de Laclau. Inicialmente, o autor retira o *status* privilegiado do antagonismo como o único responsável pela constituição das relações sociais, que permanecem políticas e conflituosas. Antagonismo aparece, a partir de NR, como parte de um sistema de significação, como condição de identificação, como algo simbolizado. O outro antagônico, o inimigo, não é mais o “não simbolizado”, mas a própria possibilidade da simbolização, da identificação.

Como já dito, a partir, de NR, Laclau desenvolve a categoria de “deslocamento” e atribui à mesma uma centralidade no conjunto de noções de compõem a sua teoria. A utilização desta noção marca claramente o casamento da teoria do discurso com a psicanálise lacaniana. Tal engajamento permite o desenvolvimento da ideia de subjetividade política como alternativa ao deslocamento estrutural. Vejamos tais movimentos.

Primeiramente, acerca do casamento da perspectiva de Laclau com os desenvolvimentos de Lacan, o mesmo já vinha se desenhando desde a década de 1980. Em HSS, por exemplo, as noções de pontos nodais, sutura, articulação já anunciavam esta tendência. No entanto, a introdução da ideia de deslocamento marca uma importante virada teórica. Assim, se em HSS, Laclau e Mouffe (1985), criticando Foucault, “rejeitam a distinção entre práticas discursivas e não discursivas” afirmando que “cada objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é

dado fora de cada condição de emergência discursiva” (1985, p. 107), a partir de NR a situação muda sensivelmente. Mas em que sentido ela muda?

Segundo Laclau, todo objeto continua sendo um objeto de discurso, tendo em vista que, mesmo que sua existência seja dada por sua materialidade, ela também está marcada pelo contexto de sua constituição. Por exemplo, como já dito aqui, uma bola tem indiscutivelmente a sua existência material, mas a mesma está acompanhada de um contexto simbólico-discursivo. Assim, será uma bola de futebol, de basquete, de vôlei, de tênis, dependendo do contexto discursivo ao qual ela está imersa. Neste sentido, a crítica ao não-discursivo foucaultiano permanece a mesma para Laclau. O que muda com a introdução da categoria de deslocamento não é, portanto, o *status* e o funcionamento da lógica do discurso e da constituição da significação, mas como lidar com uma situação na qual a própria possibilidade de significação chega ao seu limite. O deslocamento é o momento exato da impossibilidade da significação. O deslocamento é o ponto em que Laclau promove o encontro de sua teoria com o Real lacaniano.<sup>11</sup> O Real lacaniano é justamente o não simbolizado, a impossibilidade da produção de sentidos. Sobre o Real em Lacan, Homer argumenta:

A dificuldade de entender o real é parcialmente devido ao fato de que ele não é uma “coisa”; ele não é um objeto material no mundo, ou no corpo humano ou mesmo na “realidade”. Para Lacan, nossa realidade consiste de símbolos e de processos de significação. Portanto, o que nós chamamos de realidade está associado com a ordem simbólica ou com a “realidade social”. O real é o desconhecido que existe no limite deste universo sócio-simbólico e está em constante tensão com ele (HOMER, 2005, p. 81).

Como dissemos acima, o deslocamento, segundo Laclau, é exatamente o momento do Real, ou seja, do desconhecido, da impossibilidade de significação. Se antes Laclau e Mouffe (1985), entendiam este momento como o momento do antagonismo, o que Zizek

---

<sup>11</sup> Stavrakakis é absolutamente claro neste aspecto: “(...) o deslocamento, substituindo o antagonismo como central para o político, pode apenas ser entendido como um encontro com o real lacaniano por excelência. Ambos são irrepresentáveis; ambos são ao mesmo tempo traumáticos/interrompidos e produtivos. Deslocamentos são traumáticos no sentido que eles ‘ameaçam identidades’ e são produtivos no sentido que eles servem como ‘a fundação na qual novas identidades são constituídas’. Similarmente, o real traumático sempre interrompe todas as tentativas de simbolização; e, ainda, ele nunca cessa de chamar por novas simbolizações. Está claro que a emergência deste conceito de deslocamento real como central para o político é um dos mais importantes produtos do diálogo de Laclau com a psicanálise e aquele que diretamente liga o seu argumento sobre a impossibilidade da sociedade com a irredutibilidade do real no discurso lacaniano” (2003, p. 324).

corretamente refuta,<sup>12</sup> tendo em vista, como vimos, ser o antagonismo parte do próprio processo de significação, a partir de NR, o momento desta impossibilidade está representado pela noção de deslocamento. A introdução desta categoria esclarece ainda o *status* pós-estruturalista da teoria do discurso, tendo em vista que o jogo estrutura-agente aparece em formato mais preciso, dando lugar à ideia de subjetividade política.

Assim, pensar uma determinada estrutura discursiva é pensar num conjunto de sentidos hegemônicos sedimentados que constituem uma determinada ordem. Evidentemente que esta ordem hegemônica pressupõe uma série de antagonismos, tendo em vista que politicamente toda constituição discursiva se, por um lado, é um ato de inclusão de sentidos, por outro lado, representa uma série de outras exclusões. Desta forma, por exemplo, um estado democrático apresenta uma série de características constituidoras (sufrágio universal, direitos individuais etc.) ao mesmo tempo em que pressupõe as suas próprias exclusões (discursos xenófobos, racismo etc). Evidentemente que não estamos tratando de discursos plenamente constituídos (essencialistas), tendo em vista que os mesmos são sempre passíveis de ressignificações e tais ressignificações refletem a própria validade da noção de hegemonia (para haver hegemonia deve necessariamente haver contra-hegemonia). Um discurso democrático está sempre ameaçado por práticas não-democráticas e a própria ideia de democracia é algo em constante negociação e objeto de incessantes lutas.

Desta forma, a lógica discursiva, proposta por Laclau e Mouffe (1985), é o resultado de práticas articulatórias que fixam sentidos parciais através de pontos nodais que articulam elementos/momentos. Qualquer constituição discursiva, pensada em termos de sistema discursivo, simboliza, estrutura e reestrutura sentidos, tendo em vista que estamos diante de um processo de constante significação.

O momento do deslocamento é outro. Este ocorre justamente quando a estrutura não consegue processar, semantizar algo novo, algo que, portanto, lhe foge à significação. O deslocamento é, portanto, o encontro com o Real, o momento em que o discurso apresenta o seu limite de sentido. Em termos sócio-políticos, uma estrutura deslocada é aquela que experimenta um momento de crise, um momento em que a

---

<sup>12</sup> Zizek percebe esta tentativa dos autores de HSS de dar o status do Real laciano à noção de antagonismo: “O real conseguiu de *Hegemonia* se cristalizar no conceito de ‘antagonismo social’: longe de reduzir a realidade a um tipo de jogo de linguagem, o campo sócio-simbólico é concebido como estruturado em torno de uma certa traumática impossibilidade, em torno de uma fissura que não pode ser simbolizada” (1993, p. 257).

mesma é posta radicalmente em xeque. O deslocamento é anterior, é externo à significação, portanto, externo ao antagonismo; é uma experiência traumática que desajusta a estrutura, a qual precisa ser recomposta a partir de novos processos de significação. Assim, estamos falando de processos de significação substituindo outros processos de significação tendo em vista uma falha estrutural provocada pelo deslocamento, ou seja, justamente pela impossibilidade de significação.<sup>13</sup>

Se não podemos alcançar o Real, pois o real não é passível de significação, o deslocamento é, neste sentido, a evidência da incompletude da estrutura, da impossibilidade de sua estruturação final. Se o Real é uma instância existente, mas não significável e se as estruturas estruturam-se a partir de processos de significação, então, no limite, estamos sempre diante de estruturas incompletas, marcadas pela sempre possibilidade do trauma deslocatório. Numa palavra: são estruturas da falta. É neste momento de falha na estrutura que o sujeito toma seu lugar de destaque. Conforme Laclau, “o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento. Portanto, longe do sujeito ser o momento da estrutura, ele é o resultado da impossibilidade de constituir a estrutura como tal – quer dizer, como objetividade” (LACLAU, 1993, p. 57). Segundo Howarth:

É neste momento de “falha” da estrutura para conferir identidade aos atores sociais que “compele” o sujeito a agir. Neste sentido, o sujeito não é simplesmente *determinado* pela estrutura, nem, contudo, ele *constitui* a estrutura. O sujeito é forçado a tomar decisões (...) quando identidades sociais estão em crise e estruturas necessitam ser recriadas. É no processo desta identificação que as subjetividades políticas são criadas e formadas (HOWARTH, 2000, p. 109).

Num sentido pós-estruturalista, ou seja, em que a estrutura estrutura o sujeito, mas que também é, em certa medida, por ele estruturada, é que existe a resposta ao trauma do deslocamento. A partir de uma estrutura deslocada, gera-se a necessidade de sua re-estruturação a partir de novos sentidos ou da reativação de sentidos já existentes. É neste momento que a categoria de antagonismo assume seu lugar definitivo na teoria do

---

<sup>13</sup> No Glossário de Torfing sobre os principais conceitos desenvolvidos pela teoria do discurso, o deslocamento é assim conceituado e exemplificado: “Deslocamento: uma desestabilização de um discurso que resulta da emergência de eventos os quais não podem ser domesticados, simbolizados ou integrados pelo discurso em questão. Por exemplo, a concorrência de inflação e de desemprego no início dos anos 1970 deslocou a ortodoxia keynesiana, a qual, basicamente afirmava que a ‘estagnaflação’ nunca ocorreria. Igualmente, o processo de globalização tende a deslocar a ideia da nação-estado como o terreno privilegiado para a atividade econômica” (1999, p. 301).

discurso: como parte de processos de significação, de constituição de novas formas de inclusão, mas também de exclusão de sentidos discursivos. Nas palavras de Laclau:

(...) a resposta ao deslocamento da estrutura será a recomposição da mesma por parte das diversas forças antagônicas em torno de pontos nodais de articulação precisos. O *centramento* – a ação de centrar – só é possível, portanto, na medida em que há deslocamento e desnivelamento estrutural. Novamente: o deslocamento é a condição de possibilidade e de impossibilidade de um centro (1993, p. 57).

Assim, o (re)centramento da estrutura, segundo Laclau, passa necessariamente pela constituição de novos antagonismos e de novos processos hegemônicos. Apesar de antagonismo social ser uma categoria que perde a sua centralidade na teoria do discurso para a de deslocamento, ela é ainda a *conditio sine qua non*, para Laclau, em relação à possibilidade de existência de discursos.

## 5 O lugar da normatividade no pensamento de Ernesto Laclau

O normativo, entendido *lato sensu* como um conjunto de preceitos ou de situações politicamente desejáveis, tem um lugar restrito no âmbito da teoria do discurso. Considerando o contexto mais geral do pensamento de Laclau, mesmo com a introdução da categoria de deslocamento substituindo o *status* privilegiado da de antagonismo, não podemos esquecer que estamos diante de uma perspectiva teórica pós-fundacionalista, ou seja, num constante exercício de questionamento em relação a projetos teóricos que visam a se estruturar a partir de um fundamento último, seja ele qual for.

Podemos dizer que esta impossibilidade de encontrarmos um fundamento último está na base ontológica do pensamento político do autor. Todo o seu percurso teórico, de HSS até o seu último trabalho de maior relevância, *La razón populista* (2005), guarda esta característica essencial: não há como escaparmos do antagonismo, da precariedade e da contingência que dominam as relações sócio-políticas. Tal convicção marca todas as categorias analíticas da teoria do discurso, as quais fundam um sistema de pensamento pós-fundacionalista.

Esta é a razão principal de Laclau ter sido assaz crítico com a tradição marxista, de onde seu próprio pensamento sofreu importante influência, sobretudo a partir da vertente althusseriana. Esta é a razão fundamental também para que o autor discorde de soluções políticas deliberativas, fundadas na razão instrumental, na projeção de cenários ideais, artificialmente construídos. O fundamental da crítica laclauniana, seja ao marxismo, seja ao deliberativismo, está no fato de que cada qual a sua maneira busca domesticar, dominar os sentidos sociais, quando os mesmos não são passíveis de alcançar um fundamento último. Além disso, Laclau desconfia que soluções deste tipo – que não levam em conta outras possibilidades de equacionar os desafios do mundo político – estejam a um passo de práticas totalitárias:

Uma decisão apodíctica ou, em um sentido mais geral, uma decisão que reivindica para si mesma uma “racionalidade” incontestável, é incompatível com uma pluralidade de pontos de vista. Se a decisão se baseia num raciocínio de caráter apodíctico não é, em absoluto, uma decisão: para uma racionalidade que me transcende e que já decidi por mim, o meu papel é tão somente o de reconhecer a decisão e as consequências que dela seguem. É por isso que todas as formas de racionalismo radical estão a um passo do totalitarismo (LACLAU, 1993, p. 203).

Os discursos que prometem soluções políticas finais e que são construídos com argumentos idealmente interessantes e desejáveis, que prometem novos mundos possíveis, cativam seguidores por duas razões principais. Primeiramente, porque apresentam um conjunto de conceitos, soluções e argumentos retóricos que estão pautados numa genuína vontade de equacionar inúmeras disparidades sociais e políticas. A outra razão se dá justamente a partir do que discutimos anteriormente sobre ideologia. Vimos que, para Laclau, “o ideológico seria a vontade de ‘totalidade’ de todo discurso totalizante” (1993, p. 106). Esta vontade está fundada em todos os discursos, mas também em todos os sujeitos por esses interpelados.

A crítica laclauniana acerca de propostas normativas não ocorre obviamente pelo fato de que as mesmas sejam em si “incorretas” ou mesmo inviáveis. O ponto fundamental da crítica reside justamente por que as mesmas devem ser percebidas sempre no plano ôntico, o que invariavelmente significa que são decisões políticas tomadas num campo marcado pela indecidibilidade. Isso quer dizer que nunca uma proposta normativa será capaz de dominar todos os sentidos sociais, de eliminar todos os antagonismos existentes. Todas as decisões, para serem efetivamente decisões, como

expresso na citação acima, necessitam habitar num mundo indecidível, ou seja, marcado pela miríade de possibilidades de ocorrência de outras decisões. Uma decisão apodíctica, neste sentido, não é uma decisão, mas uma tentativa sempre ineficaz de fechar todas as demais propostas normativas que a contingência do mundo possibilita. Neste caso, estamos a um passo de um desejo totalitário.

Dito isso, como é possível pensar o normativo tendo como pressuposto a teoria do discurso? Antes de propriamente tentarmos responder esta pergunta, é preciso fazer uma observação. No início do texto, apresentamos Laclau como um teórico político, no sentido de que seus trabalhos buscam explicar, num nível ontológico, a lógica do fenômeno político e, ao mesmo tempo, propor cenários normativos. Entretanto, o autor tem sempre no horizonte a noção de que todas as ações políticas, todas as suas decisões, estão sempre marcadas pela precariedade e pela contingência. Tais características estão presentes, por exemplo, em todas as noções apresentadas neste artigo. Elas servem para dizer mais ou menos o seguinte: tudo bem, vocês podem pensar normativamente o que vocês quiserem, mas toda decisão política ocorre sempre no plano ôntico e está, portanto, marcada por sua própria finitude diante da ontologia do político. A ideologia, o antagonismo, a disputa em torno do sentido do ser da existência, os eventos de deslocamento estrutural não são erradicáveis simplesmente por desejos normativos. São, pelo contrário, inerradicáveis enquanto existir o mundo político.

A percepção laclauiana acerca da finitude da decisão ôntica, no sentido de que a fixação completa de sentidos sempre nos escapa diante da infinitude do social, está na base da crítica deste autor, por exemplo, à tradição habermasiana. Em resposta à Aletta Norval, autora que busca articular uma teoria política normativa a partir dos enfoques deliberativos e pós-estruturalistas,<sup>14</sup> Laclau apresenta claramente a distinção entre o ontológico e o ôntico, além de demonstrar a limitação teórica de tomar o primeiro pelo segundo:

Agora estou em condições de responder à crítica de Norval quando ela diz que, em minha análise, tenho descuidado a questão dos arranjos institucionais democráticos e que isso se deve à ênfase exclusiva que ponho no aspecto ontológico da questão e a minha concomitante falta de atenção aos aspectos ônticos. Minha resposta é que uma teoria geral da democracia só pode especificar suas dimensões constitutivas, mas deve ser muito cautelosa com respeito à articulação institucional das mesmas. Precisamente por que é uma

---

<sup>14</sup> Para uma apresentação da teoria aversiva de Aletta Norval, veja artigo de nossa autoria (MENDONÇA, 2010).



questão histórica contingente, esta articulação não pode ser determinada no nível de uma teoria geral da democracia. Tentar que se leve à cabo esta determinação no interior de uma teoria geral produziria resultados opostos aos que Norval pretende alcançar: quer dizer, a transformação de um arranjo ôntico particular em uma categoria ontológica. Esta é a melhor receita para terminar num etnocentrismo e num essencialismo sociológico (LACLAU, 2008, p. 369).

Diante do quadro apresentado na citação anterior, as expectativas normativas que se abrem a partir da teoria do discurso não podem ser vistas *stricto sensu* como no caso dos enfoques deliberativos. Se não se pode tomar o ontológico pelo ôntico, todas as experiências políticas reais são necessariamente sempre limitadas e rodeadas pela precariedade e pela contingência histórica. Isto quer dizer que o normativo depende do seu momento de ocorrência e é diferente de situação para situação. Ele não pode ser concebido *a priori*, fora do seu contexto de emergência.

O normativo, portanto, aparece aqui com um grau praticamente irrestrito de liberdade. Por um lado, porque não podemos falar num sujeito político privilegiado, como no caso do proletariado da tradição marxista. Por outro lado, pois as possibilidades normativas mesmas são múltiplas, uma vez que estão diretamente relacionadas com a ocorrência das situações políticas concretas. Entretanto, este enfoque teórico também leva em consideração a possibilidade para o retrocesso de avanços políticos, justamente pelo fato de que as possibilidades de mudanças políticas são múltiplas. Por exemplo, os avanços civis conquistados pela luta feminista no século XX não são conquistas para todo o sempre: estão sempre rodeados pela ameaça do retrocesso.

Os sujeitos políticos ecológico e feminista, por exemplo, são até certo ponto, *como qualquer outra identidade social*, significantes flutuantes, e é uma ilusão perigosa pensar que eles estão seguros de uma vez por todas, que o terreno que constituiu suas condições discursivas de emergência não pode ser subvertido (LACLAU e MOUFFE, 1985, p. 141 – ênfase do original).

Segundo a teoria do discurso, a única forma de garantir avanços políticos consistentes está na constante (re)negociação entre identidades articuladas em discursos hegemônicos. Neste caso, e tomando como exemplo a citação acima, os sujeitos políticos ecológico e feminista devem articular suas demandas identitárias com outros sujeitos políticos em torno de discursos hegemônicos, capazes de assegurar ao máximo as suas conquistas alcançadas e, em conjunto com outras demandas por mais inclusão social, promover movimentos estratégicos no sentido de avançar politicamente ainda mais. No

entanto, não existem receitas normativas eficazes de ser estipuladas antes da situação política dada: tudo depende do contexto de emergência das próprias demandas políticas. Assim, não há fórmulas político-normativas prontas; não há um mundo para ser inventado antes da sua própria ocorrência. É neste sentido que Laclau é um teórico político. Ele não acredita que a teoria deva estar desconectada da prática política, uma vez que a primeira está a serviço da segunda.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

COLLETTI, Lucio. Marxism and the dialectic. **New Left Review**, I/93, p. 1-29, Sept/Oct, 1975.

HOMER, Sean. **Jacques Lacan**. New York: Routledge, 2005.

HOWARTH, David. **Discourse**. Buckingham: Open University Press, 2000.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: LACLAU, Ernesto (Ed.) **The making of political identities**. London: Verso, 1994.

\_\_\_\_\_. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

\_\_\_\_\_. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

\_\_\_\_\_. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

\_\_\_\_\_. Atisbando el futuro. In: CRITCHLEY, S.; MARCHART, O. (Comps.). **Laclau: aproximaciones críticas a su obra**. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2008.

\_\_\_\_\_. Posfácio. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso: 1985.

\_\_\_\_\_. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

MARCHART, Oliver. **Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. La política y la diferencia ontológica. Acerca de lo “estrictamente filosófico” en la obra de Laclau. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver (Comp.). **Laclau: aproximaciones críticas a su obra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Volume I. Editorial Portugal/Brasil: Presença/Livraria Martins Fontes, s/d.

MENDONÇA, Daniel de. Para além da deliberação? Apontamentos sobre a normatividade da teoria pós-estruturalista da democracia radical. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, v. 15, nº 2, 2010, p. 99-125.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

NORVAL, Aletta. **Aversive democracy: inheritance and originality in the democratic tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PORTINARO, Pier Paolo. **El realismo político**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2007.

RODRIGUES, Léo Peixoto; MENDONÇA, Daniel de. **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006.

STAVRAKAKIS, Yannis. Laclau with Lacan: comments on the relation between discourse theory and Lacanian psychoanalysis. In: ZIZEK, S. (Ed.). **Jacques Lacan: critical evaluations in cultural theory (Volume III - Society, Politics, Ideology)**. London: Routledge, 2003.

TORFING, Jacob. **New theories of discourse: Laclau, Mouffe and Zizek**. Oxford: Blackwell, 1999.

ZIMERMAN, David E. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ZIZEK, Slavoj. Más allá del análisis del discurso. In: LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

\_\_\_\_\_. **El sublime objeto de la ideología**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2005.